

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

TRANSPORTE Medida Provisória reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel para a correção dos valores tabelados

Tabela do frete rodoviário de carga tem nova regra

LUCIANO NASCIMENTO
Agência Brasil, São Luis

Foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) 1117/2022 que altera uma regra para a elaboração da tabela de preço do piso mínimo de frete rodoviário de carga. A MP reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel para a correção dos valores da tabela. A medida ocorre após o anúncio de mais uma alta no preço do óleo diesel na semana passada.

Elaborada em 2018, após a greve dos caminhoneiros, a legislação sobre a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas estabelece que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve publicar a tabela a cada seis meses, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano, com os valores serão válidos de piso para o semestre.

O texto prevê ainda que a tabela deve ser atualizada sempre que houver oscilação no preço do produto igual ou superior a 10%. Com a mudança introduzida pela MP, esse percentual foi reduzido para 5%.

A partir de agora, sempre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% em relação ao preço considerado na planilha de cál-

A partir de agora, sempre que ocorrer oscilação no preço do diesel no mercado nacional superior a 5%, a ANTT deve atualizar a tabela

culos, a ANTT deve atualizar a tabela.

"Com isso, pretende-se dar sustentabilidade ao setor do transporte rodoviário de cargas, e, em especial, do caminhoneiro autônomo, de modo a proporcionar uma remuneração justa e compatível com os custos da atividade", diz nota publicada pela Secretaria-Geral da Presidência.

Elaboração do preço

Para a elaboração da tabela, além do preço do produto, também são considerados a quantidade de quilômetros

rodados na realização de fretes, eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas definidas, bem como planilha de cálculos utilizada para a obtenção dos respectivos pisos mínimos.

Na semana passada, a Petrobras anunciou um reajuste de 8,87% no preço do diesel para as distribuidoras. De acordo com a empresa, o preço do litro do combustível no atacado passou de R\$ 4,51 para R\$ 4,91, um aumento de R\$ 0,40, que começou a ser cobrado a partir do dia 10.



Divulgação

Medida tem como objetivo favorecer principalmente o caminhoneiro autônomo

RIQUEZA

Monitor do PIB aponta alta de 1,5% no 1º trimestre

AKEMI NITAHARA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Monitor do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apresentou aumento de 1,5% na atividade econômica no primeiro trimestre de 2022, na comparação com o quarto trimestre de 2021. Na passagem de fevereiro para março deste ano, o crescimento foi de 1,8%. Na comparação anual, o aumento do PIB ficou em 2,4% no trimestre e em 4,2% no mês.

A coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, avalia que o aumento se deve ao desempenho positivo dos serviços, que apresentam boa recuperação após o forte impacto sofrido durante os piores momentos da pande-

mia de Covid-19.

"Dentre as atividades que compõem o setor, apenas as de outros serviços e de administração, educação e saúde pública ainda não haviam recuperado, no quarto trimestre de 2021, o nível de atividade pré-pandemia da Covid-19. Com o resultado do primeiro trimestre deste ano, a atividade de outros serviços ultrapassou o nível pré-pandêmico". Ele alerta que o desempenho do PIB tem sido impulsionado pela normalização da atividade econômica ao que era antes da pandemia, mas que este efeito está se esgotando e deve impactar na sustentabilidade do crescimento.

De acordo com os dados da FGV, o consumo das famílias cresceu 3,4% no primeiro trimestre, na comparação interanual, puxado pelo consumo de serviços.

PLANEJAMENTO

Potencial da costa do país será mapeado até 2030

AGÊNCIA BRASIL

Brasília

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Marinha do Brasil começaram ontem os trabalhos para a elaboração do planejamento espacial marinho (PEM).

Segundo o banco, o estudo irá levar o país a conhecer o potencial econômico da costa brasileira, região de cerca de 5,7 milhões de quilômetros quadrados, além de ajudar na preservação ambiental. O Brasil se comprometeu a implantar o projeto em toda sua costa até 2030.

O material visa a adequar a legislação do país aos compromissos assumidos em 2017 durante a Conferência Internacional dos Oceanos. Conforme o BNDES, o planejamento garante a segurança jurídica para investi-

dores; a geração de empregos e de divisas para a costa do país.

Marinha e BNDES

Conforme o acordo de cooperação assinado com a Marinha, o banco irá financiar os estudos na modalidade não reembolsável. A primeira fase terá custo de cerca de R\$ 5 milhões. O estudo total, que deverá alcançar toda a costa brasileira, tem orçamento previsto de R\$ 30 milhões.

"O planejamento espacial marinho é estratégico para o desenvolvimento nacional, por ser um instrumento de organização que levará a uma harmonização entre o uso econômico de suas riquezas, a preservação da vida marinha e atividades de lazer e prática esportiva", informou o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.



A importância do Refis Federal para as empresas

Acervo ACB



Mário Dantas ressalta que "quem está preocupado com o Refis é o bom pagador"

A recuperação econômica aguardada para 2022 parece estar mais distante e a situação pode ser agravada sem o necessário apoio para que as empresas voltem a produzir, gerar empregos e renda. Diante deste cenário, a Associação Comercial da Bahia (ACB) e o Conselho Consultivo das Entidades Empresariais da Bahia (Consempre) realizaram reunião virtual nesta segunda-feira (16), para discutir "A importância do Refis Federal para as empresas".

A deputada federal Lídice da Mata (PSB-BA) participou do encontro e se comprometeu a mobilizar as demais bancadas no Congresso Nacional para que a matéria volte a ser pauta na casa legislativa. "Uma das nossas missões enquanto parlamentar é defender a economia baiana. Precisamos reativar o debate (do Refis federal) e eu me comprometo a buscar os líderes das demais bancadas para fazer com que essa matéria volte para a pauta", disse.

Ainda segundo a deputada, o tema precisa estar na pauta até junho, para não ter a votação comprometida pelo recesso parlamentar de julho e, em seguida, pelo período eleitoral. "É um assunto de interesse dos setores produtivos da Bahia e precisamos fazer andar. Vamos montar uma força tarefa para colocar a questão em pauta e para que possamos votar até o mês de junho. Para minha satisfação, já temos a indicação do PSB favorável a esta matéria, com a concordância de toda a nossa bancada", completou Lídice da Mata.

O presidente da ACB, Mário Dantas, declarou preocupação com a possibilidade de mais empresas fecharem suas portas sem o urgente apoio do governo, o que pode levar a mais desemprego, queda na arrecadação e recuo nos investimentos no país. "Quem está preocupado com o Refis é o bom pagador, é o empresário que quer pagar suas dívidas para voltar a ter suas certidões negativas, conseguir financiamentos, aumentar a produção e contratar mais pessoas. O mau pagador vai continuar fazendo as mesmas coisas, independentemente de um novo programa de refinanciamento de dívidas", justificou.

Com o mesmo entendimento, o advogado tributarista Marcelo Nogueira Reis lembrou que os efeitos da pandemia de Covid-19 continuam sendo sentidos por empresas e cidadãos e qualquer tentativa de mitigar os impactos é louvável. "Para isso, precisamos desmistificar a ideia de que o Refis é um privilégio para os maus pagadores. O momento é de abrir novamente as portas para que os contribuintes possam aderir aos programas de refinanciamento de dívidas que já foram promulgados, principalmente após este período de pandemia que sufocou os empresários".

Como exemplo, Nogueira citou o Projeto de Lei 4728/20, do Senado, que reabre o prazo para adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). "Queremos mostrar para nossa bancada a importância desse programa de refinanciamento das dívidas que se encontram na Receita Federal. O que propomos é a possibilidade de reduções de multas e juros. O valor principal que deve ser recolhido é uma obrigação do contribuinte e ninguém quer deixar de pagar", complementou o advogado.

Ao final do encontro, o deputado estadual Eduardo Salles (PP-BA), presidente da Frente Parlamentar do Setor Produtivo da Bahia, sugeriu que o Consempre formate uma mensagem a ser encaminhada aos deputados federais e senadores da Bahia para que tomem parte desta força tarefa pela aprovação do novo Refis. "Vou estar sempre em luta, independente de bandeira partidária, para ajudar a nossa economia. Por isso, vamos construir um mutirão para motivar o Congresso a dar andamento a esta matéria da forma mais rápida possível", indicou.

ÍNDICE

Inflação medida pelo IGP-10 recua para 0,10%

VITOR ABDALA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,10% em maio deste ano, taxa inferior aos 2,48% observados em abril.

Com o resultado, o indicador acumula taxa de inflação de 12,13% em 12 meses, quase um terço do registrado em maio de 2021 (35,91%).

A queda da taxa de abril para maio foi puxada pelos três subíndices que compõem o IGP-10. O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que mede o atacado, recuou de 2,81% em abril para 0,08% em maio.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, caiu de 1,67% em abril para 0,54% em maio. Já o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) passou de 1,17% para 0,74%.



Tânia Régio / Agência Brasil / 20.5.2020

Indicador soma taxa de inflação de 12,13% em 12 meses

Por Paulo Roberto Sampaio

Guilherme Reis

Raul Monteiro

paulorobertosamp@gmail.com / guilhermereis.tribuna@gmail.com / raulmonteiro@uol.com.br

Raio Laser

Instituições

Como fiel defensor da lei e de seu cumprimento, não se esperava outra declaração do procurador geral da República, o baiano Augusto Aras, a respeito do resultado das próximas eleições. Alto e bom som, ele disse ontem num evento público que as eleições serão realizadas e seu resultado respeitado, independentemente de quem as ganhe. Foi um belo 'chega prá lá' nos golpistas de plantão, que andam à procura de qualquer argumento para defender o descumprimento do resultado eleitoral de outubro, caso seu candidato, obviamente, não ganhe. Aras destacou que as instituições no país estão funcionando e que não se espera nada diferente, após as eleições, que o atendimento da vontade popular.



Augusto Aras

Patrimônio 1

Um dos principais pontos turísticos de Salvador, o Memorial das Baianas de Acarajé foi entregue na tarde de ontem pelo prefeito da capital baiana, Bruno Reis (União Brasil), completamente reformado. A obra foi realizada através de emenda parlamentar de R\$ 400 mil do deputado federal Márcio Marinho (Republicanos).

Patrimônio 2

O projeto de recuperação, desenvolvido pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), durou dois meses e realizou intervenções na cobertura, melhorias no revestimento das paredes, no piso e nos forros, além de pintura, instalação de esquadrias de madeira, metálica e vidro. O Memorial fica localizado ao lado do Monumento da Cruz Caída, na Praça da Sé, ponto de visita de muitos turistas que chegam à cidade.

Liderança feminina

A vice-prefeita de Salvador Ana Paula Matos palestrou no evento Mulher.com, promovido pelo Sebrae, Fecomércio e a Câmara Estadual de Mulheres Empresárias. Na oportunidade, Ana Paula falou sobre empoderamento e liderança feminina. "Ser liderança feminina é marcar posição, ter voz, lugar de fala, ser ouvida, protagonista, inspirar, motivar e construir caminhos que fortalecem a rede de apoio a nós mulheres, é ter responsabilidade", pontuou.

Dívida

O prefeito Bruno Reis disse ontem que a gestão municipal vai cobrar a dívida de R\$ 47,7 milhões de João Henrique e de João Carlos Bacelar, ex-prefeito e deputado federal, respectivamente. A dupla foi condenada no escândalo da Fundação Pierre Bourdieu, pelo Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). "É dever, a obrigação da prefeitura, realizar os atos, conforme os julgamentos praticados pelo Tribunal de Contas dos Municípios", afirmou ele.

Aliado fiel

Cacá Leão (PP) explicou ontem o motivo que o levou a querer disputar a vaga no Senado. "Eu acredito que a Bahia pode mais, acredito na capacidade de ACM Neto, pré-candidato ao Governo, gerir o Estado. Então, o que me move é a oportunidade de poder levar o nosso mandato para os quatro cantos da Bahia", destacou.

O retrovisor de Cacá

Em entrevista à Rádio Serra Dourada FM, de Ipirá, ontem, o deputado federal disse não fazer política olhando pelo retrovisor, ao avaliar o rompimento do governo baiano com o Progressistas. Para ele, essa página já foi virada e política, opinião, não se faz "olhando pelo retrovisor". Disse ainda não guardar mágoas dos antigos aliados: "Estamos tocando um novo caminho".

Crítica

O senador Jaques Wagner (PT) criticou em seu perfil no Twitter o preconceito, a violência e exaltou o Dia Internacional de Combate à LGBTfobia, que foi comemorado ontem. "Reafirmamos o compromisso de trabalhar por uma sociedade onde todas as pessoas sejam respeitadas. Que o preconceito e a violência jamais sejam o caminho", escreveu o petista.

Falaram: 'no tempo dele [Lula], o povo vivia um pouco melhor do que hoje'. É lógico que vivia, concordo! Temos um pós-pandemia, do 'fique em casa', economia a gente vê depois, uma guerra, entre outros problemas

Jair Bolsonaro

Com as baianas

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União Brasil), fez referência ao senador Antônio Carlos Magalhães ao inaugurar, no final da tarde de ontem, o novo Memorial das Baianas. No dia em que também celebra aniversário, Bruno mencionou que o senador gostava de comemorar seus aniversários ao lado das baianas. "Hoje, no dia que estou completando 45 anos, como estou feliz por estar ao lado de vocês [baianas]. Sabe com quem aprendi isso? Com o senador Antônio Carlos Magalhães", recordou.

Aprovado

A luta dos guardas civis municipais logrou êxito e a Câmara Municipal de Salvador aprovou, por unanimidade, na tarde de ontem, o Projeto de Lei nº 151/2022 que trata do Plano de Carreira e Vencimentos da categoria. A sessão ordinária foi conduzida pelo presidente da Casa, vereador Geraldo Júnior (MDB), que ressaltou o entendimento das bancadas de governo, oposição e do partido independente. O Projeto do Plano de Carreira e Vencimentos da Guarda Civil Municipal foi votado em caráter de urgência urgentíssima, como friso o presidente Geraldo Júnior, e ganhou emenda da vereadora Iredusa Silva (Republicanos), inscrita por outros parlamentares. A emenda prevê a ocupação da mulher em até 20% dos cargos comissionados.

Cassado

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou ontem a cassação do mandato do ex-deputado estadual Arthur do Val (União Brasil) por unanimidade dos 73 parlamentares presentes da Casa. Embora tenha renunciado ao cargo em abril, agora Mamãe Falei está ineligível por oito anos. A sessão durou mais de duas horas. Ele disse que as ucranianas eram fáceis (de pagar) por serem pobres.

Projetos aprovados

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Salvador, em mais uma demonstração de compromisso com os trabalhos no legislativo municipal, deu continuidade de aos trabalhos, ontem, com a aprovação de 54 dos 60 projetos que foram debatidos e recebidos desde a implantação este ano do colegiado, presidido pela vereadora Marta Rodrigues (PT).

Protesto

Mobilizados e presentes na votação, ocupando espaço das galerias do Plenário Cosme de Farias, lideranças dos guardas civis municipais lembraram que acamparam, por 31 dias, na porta da Câmara de Salvador. Agentes comunitários de saúde e de enfermias também ocuparam as galerias e pediram o cumprimento da PEC 120, que trata do piso salarial da categoria.

Ficaremos

Se depender do presidente estadual do Solidariedade, Luciano Araújo, o partido ficará na Bahia com ACM Neto (UB). Pelo menos foi o que ele antecipou ontem em conversas com jornalistas, os quais detinham a informação de que a agremiação vem sendo cortada pelo governo Rui Costa (PT) para apoiar o candidato petista a governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues.



Luciano Araújo

Transexuais

O projeto de indicação da vereadora Cátia Rodrigues (União Brasil) que trata sobre competições esportivas oficiais na capital baiana não busca vetar a participação de pessoas transexuais, mas colocar como critério o sexo biológico para que as condições de disputa sejam justas. A vereadora repudiou as "fakes news" levantadas com a sua proposição e voltou a salientar que, na proposta, é bem clara a indicação sobre o tema.

Nova operação

A segunda fase da 'Operação Imobilis' cumpriu na manhã de ontem, em Camaçari e Teresina, dois mandados de busca e apreensão contra uma nova investigação na operação contra organização criminosa dedicada à prática de transações imobiliárias fraudulentas na Bahia e em outros estados. As buscas domiciliares foram decretadas pela Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa da Comarca de Salvador (Vorcrim).

Turismo x Violência 1

O vereador Claudio Tinoco (União Brasil) afirmou ontem que a onda de violência "tem prejudicado o turismo de Salvador e da Bahia, ao comentar os casos de assaltos a turistas e a bares e restaurantes nas últimas semanas". Nos últimos dias, ganharam destaque imagens de um assalto a uma turista no Pelourinho, além de outro roubo a uma tripulação da Gol, o que provocou o cancelamento do voo da companhia.

Turismo x Violência 2

"Não é nada agradável ver em todo o Brasil notícias de assalto a uma tripulação da Gol e a turistas em pleno Centro Histórico da nossa cidade. É óbvio que isso prejudica a imagem não só de Salvador, mas da Bahia. O turismo é um setor fundamental da nossa economia, pois gera emprego e renda e tem ainda muito potencial. Mas hoje a insegurança dos governos petistas está prejudicando a nossa imagem", salientou Tinoco.

LDO 2023

O secretário de Planejamento do Estado da Bahia (Seplan) Cláudio Peixoto recebeu ontem os presidentes da Assembleia Legislativa, deputado Adolfo Menezes (PSD); do Tribunal de Justiça da Bahia, desembargador Nilson Castelo Branco; o procurador-geral de Justiça Norma Cavalcanti; os presidentes do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE), Marcus Presídio, e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Plínio Carneiro Filho, e o defensor-geral do Estado da Bahia Rafson Ximenes. Na reunião, eles discutiram a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2023. A LDO serve como base para definição do orçamento de todos os poderes e órgãos de Estado. Adolfo Menezes afirmou que "a reunião muito proveitosa com os poderes constituídos do Estado em torno dos pontos cruciais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)". Ele lembrou que a previsão de receita para 2023 é de R\$ 66,5 bilhões, superior em 25,9% a 2022 — que foi de R\$ 52,8 bilhões. "O PIB baiano é estimado em 2,5%, superior à média do Brasil, que deve ficar somente em 1,4%, graças ao trabalho do governador Rui Costa".

PAULO DELGADO

Ideologia e utopia

Eleitor é utopia, pesquisa é ideologia. O país está soterrado pela overdose de pesquisas de encomenda. A síntese do fato consumado é: a eleição é de rejeição, não de escolha e já acabou. Certa apocalíptica sem parâmetro científico. Melhor ter prudência para ser eleitor, não rejeitar, o inocente útil da polarização.

Tempos bizarros de um situacionismo e opoisionismo extraviadores da utopia e de gente poderosa manipulando o eleitor pela ideologia. Gurus da desordem — amantes de si próprio, fanfarrões, sedentos de protagonismo, desrespeitadores, feroz sem autodomínio. Tempos comandados por interesses escarnecedores, inaptos para o sonho, movidos pelo dinheiro fácil obtido no capitalismo de cassino que engorda gado confinado.

Conviver com o conflito é a política da liberdade. E da democracia vacinada contra o alto custo das boas e das más intenções e a injustiça não sendo fruto de um mau sistema de justiça. O erro em política, no judiciário e no elitismo da economia merecem morrer, mas não precisam ser executados se as instituições funcionam. A teoria econômica da democracia deve abranger uma

classe plural da maioria que defenda que o embate de ideias se dê dentro da lealdade e igualdade fundamental de acesso a direitos, justiça e oportunidades.

Por que a necessidade de reunir forças sectárias e excludentistas para a defesa de direitos das minorias e reconhecimento da diversidade se precisam do voto da maioria? Direitos sociais não são loja de departamento.

Esforços exagerados e discursos excessivos visam fidelizar garantidos e produzir estatísticas de desigualdades em tudo para dar fundamento a posições de grupos e aumentar a pressão do Estado por poder arbitrário. A burocracia costuma fazer submergir o estado social, não gosta de ser incomodada, faz seus próprios procedimentos e resolve sua incompetência discursando, proferindo ou arquivando o individual como impessoal. Se os polos opostos não conseguem se aventurar mais na moderação, precisam da polarização pelo medo do favoritismo frágil.

Mais crise, mais democracia, longevidade exige previdência, necessidade, mais oportunidade. Não como políticas babás e manipuladoras de sentimentos humanos. Mas como virtude, estímulo à autodeterminação, sem psicodrama e instrumentos de britador paternalista.

Os ingredientes do consenso liberal-progressista, esquerda-reformista e social-democracia continuam majoritários e relacionados com a defesa da cidadania e a prosperidade econômica para todos. O sectarismo é um lugar comum esclerosado, força histórica que felizmente perdeu seu ímpeto no mundo civilizado, infelizmente ainda forte no Brasil. Devemos caminhar para uma construção natural de governo que conte com a contribuição destas três forças históricas. Forças capazes de entender o conflito social moderno sem a arrogância do poder do "tudo em um", resquícios do despotismo e de um passado que não passa.

Não se combata inimigo com suas ideias, linguagem e métodos. Provimentos para um estado previdenciário, um crescimento sem desemprego, distributivista e justo não virão sem prerrogativas adequadas e razoáveis à sua defesa. E lideradas por alguém independente de grupos de pressão. Presidência é liderança, não palco de puxador de samba enredo.

A sabedoria do eleitor cauteloso espera para decidir, analisa para escolher. Movimento a prisma da fúria para o da indignação, pondera sobre o prato fêto conhecido. E está aberto a experimentar novos sabores, com o tempero da utopia e não da ideologia.

PAULO DELGADO, Sociólogo e Cientista Político foi Constituinte de 1988 e exerceu mandatos de Deputado Federal até 2011.

Sessão extraordinária

Adolfo Menezes convocou sessão extraordinária para hoje, às 15h, com objetivo de apreciar três projetos de lei do Executivo. O primeiro deles, o PL 24.511/2022, disciplina a participação de secretários de Estado e agentes públicos em conselhos ou entidades assemelhadas, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. As outras duas proposições tratam da alienação de bens imóveis do Estado. O PL 24.512/2022 autoriza o Executivo a vender terreno do extinto Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (Derba). Já o PL 24.513/2012 permite ao Governo da Bahia alienar o edifício Water Center, na Calçada.

Com a colaboração de Henrique Brinco e Rodrigo Daniel Silva

Coluna ESPLANADA

POR LEANDRO MAZZINI E WALMOR PARENTE
E COM CAROLINA FREITAS E SARA MOREIRA



CALOTE

Empresas aéreas deixaram de repassar à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) mais de R\$ 1,5 bilhão em taxa arrecadada de passageiros nos terminais administrados pela estatal. O valor consta em resposta da empresa ao Relatório de Informação (2012/21) protocolado na Câmara pelo deputado Felipe Barros (PL-PR). O documento, ao qual a Coluna teve acesso, detalha ano a ano o montante do calote das companhias.

Esca

Em 2013, os valores perdoados superaram R\$ 13 milhões; 2014, R\$ 558 milhões; 2015, R\$ 473 milhões e, em 2016, R\$ 482 milhões.

Estarrecedor

"É de estarrecer. As empresas cobram do passageiro e não repassam aos administradores de aeroportos. E são perdoadas", critica o deputado Felipe Barros.

Fenômeno

Fenômeno nas redes sociais, o deputado e pré-candidato presidencial André Janones (Avante) tem sido assediado por emissoras petistas e bolsonaristas. Por ora, sem chances de aderir a um lado ou outro, já avisou o parlamentar: "Sou do lado do povo".

Arroubos

Auxiliares e coordenadores da pré-campanha à reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) veem com preocupação aos arroubos do mandatário nos últimos dias. Três problemas têm tirado o ex-capitão do sério: a inflação, a Petrobras e as urnas – temas recorrentes em seus discursos inflamados.

Palavrões

Em recente evento com empresários em São Paulo, Bolsonaro não escondeu a irritação e abuso de palavras no discurso improvisado. Ele ignorou o texto escrito pela assessoria. Na tentativa de acalmá-lo, os próximos lembram a Bolsonaro que ele está se recuperando nas pesquisas e os índices de rejeição do Governo têm caído. A conferir se os conselhos dos "psicólogos" do Planalto surtirão efeito.

Arestas

Apesar dos avanços na aliança em Minas Gerais, PT e PSD ainda têm arestas a aparar. O partido do ex-presidente Lula sinaliza uma indicação do deputado Reginaldo Lopes – que abriu mão da candidatura ao Senado – para vice na chapa de Alexandre Kalil. Setores do PSD mineiro, no entanto, resistem ao nome do petista e pedem outras indicações.

Professor Moro

Fora do páreo para a disputa à presidência da República, o ex-juiz da Lava Jato Sérgio Moro foi contratado pela desconhecida empresa ESG ACADEMY para dar aulas virtuais sobre corrupção. A primeira foi ontem e teve pouco mais de 100 visualizações.

Inflação medida pelo IGP-10 recua para 0,10% em maio, diz FGV

AGÊNCIA BRASIL

O Índice Geral de Preços – 10 (IGP-10), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou inflação de 0,10% em maio deste ano, taxa inferior aos 2,48% observados em abril.

Com o resultado, o indicador acumula taxa de inflação de 12,13% em 12 meses, quase um terço do registrado em maio de 2021 (35,91%).

Bula

A sanção do projeto que cria a bula digital e muda o sistema de rastrear os medicamentos não é só uma derrota da Anvisa. Nos bastidores, o setor enxergou a digital da própria diretoria da Sindusfarma em tentar derrubar a proposta aprovada pelo Congresso. A pressão foi grande, mas ao final quem comemora é o contribuinte já que o rastreamento implicaria em um aumento de 40% no valor dos medicamentos.

Alta tensão

O projeto (PLP 275/19), já aprovado no Senado e em tramitação na Câmara, prevê que o presidente da República poderá declarar de "relevante interesse público da União" a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por terras indígenas. O texto diz que a autorização poderá ser feita por decreto, "sempre que não houver alternativa econômica, financeira ou socioambiental menos custosa".

Inflação

O indicador Ipea por Faixa de Renda de abril registrou taxas de inflação variando entre 1,00% para as famílias pertencentes aos estratos de renda mais alta e 1,06% no segmento de renda mais baixa. Para os mais pobres o que pesa mesmo é preço dos alimentos. Para os mais ricos, os aumentos do grupo "transportes" foram os que tiveram maior impacto.

Seguros

Dados da MAG Seguro, companhia de 187 anos especializada em seguro de vida e previdência, mostra que houve um aumento na contratação de seguros em 2020 e 2021 por parte de pessoas entre 55 e 65 anos. O levantamento da companhia apontou crescimento de 12% de clientes nesta faixa etária.

ESPLANADA

Exército Brasileiro e green4T assinam contrato para implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética. # Acontece hoje lançamento do livro de curadoria de **Danielle Athayde** "Brasília Museu Aberto 2022". # **Roberto Peres**, ex-Piantella, abriu o Copa Café no Lago Sul, em Brasília. # 1ª **Arenas e Corrida** ocorre dia 28 com saída da Paróquia São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro. # **Pedal Solidário**, em prol da Vila do Pequeno Menino Jesus, acontece dia 28 com saída de Aguas Claras, em Brasília.

Medida Provisória muda tabela do preço do frete rodoviário de carga

LUCIANO NASCIMENTO
AGÊNCIA BRASIL

Foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) 1117/2022

que altera uma regra para a elaboração da tabela de preço do piso mínimo de frete rodoviário de carga. A MP reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel para a correção dos valores da tabela. A medida ocorre após o anúncio de mais uma alta no preço do óleo diesel na semana passada.

Elaborada em 2018, após a greve dos caminhoneiros, a legislação sobre a Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas estabelece que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve publicar a tabela a cada seis meses, até os dias 20 de janeiro e 20 de julho de cada ano, com os valores serão válidos de piso para o semestre.

O texto prevê ainda que a tabela deve ser atualizada sempre que houver oscilação no preço do produto igual ou superior a 10%. Com a mudança introduzida pela MP, esse percentual foi reduzido para 5%.

A partir de agora, sem-

5 mil pessoas morreram em 64 mil acidentes de carro

AGÊNCIA BRASIL

O número de acidentes e de mortes em rodovias federais cresceu em 2021, na comparação com 2020, interrompendo uma série de quedas consecutivas observadas desde 2011. Os dados constam do Anuário 2021, divulgado ontem pela Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O número de acidentes subiu de 63.548, em 2020, para 64.441, neste ano. Em 2011, quando teve início a sequência consecutiva de quedas, o total de registros de acidentes ficou em 192.322.

Os acidentes registrados em 2021 resultaram em 5.381 mortes, ante as 5.291 registradas no ano anterior. Houve aumento no número de feridos, que passou de



A MP reduz de 10% para 5% o percentual de variação no preço do diesel

pre que ocorrer oscilação no preço do óleo diesel no mercado nacional superior a 5% em relação ao preço considerado na planilha de cálculos, a ANTT deve atualizar a tabela.

"Com isso, pretende-se dar sustentabilidade ao setor do transporte rodoviário de cargas, e, em especial, do caminhoneiro autônomo, de modo a proporcionar uma remuneração justa e

compatível com os custos da atividade", diz nota publicada pela Secretaria-Geral da Presidência.

Para a elaboração da tabela, além do preço do produto, também são considerados a quantidade de quilômetros rodados na realização de fretes, eixo carregado, consideradas as distâncias e as especificidades das cargas definidas, bem como planilha de cálculos

utilizada para a obtenção dos respectivos pisos mínimos.

Na semana passada, a Petrobras anunciou um reajuste de 8,87% no preço do diesel para as distribuidoras. De acordo com a empresa, o preço do litro do combustível no atacado passou de R\$ 4,51 para R\$ 4,91, um aumento de R\$ 0,40, que começou a ser cobrado a partir do dia 10.

Proposta que recria privilégio de magistrados avança

O ESTADO DE S. PAULO

Sob forte pressão em ano eleitoral, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sinalizou que vai colocar em breve em votação a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 63, que garante um benefício extra no contracheque de juízes e procuradores. No Congresso Brasileiro de Magistrados, na quinta-feira passada em Salvador (BA), Pacheco defendeu a volta do privilégio. Ontem, no Roda Viva, reafirmou o apoio e disse que pode ser, inclusive, o relator da proposta.

O retorno do quinquênio (adicional de 5% do salário a cada cinco anos) para Judiciário e Ministério Público teria custo de R\$ 7,5 bilhões por

ano, segundo cálculos obtidos pelo Estado incluindo servidores ativos e aposentados e pensionistas.

O adicional se somaria a outros privilégios já existentes, como férias de 60 dias, auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil a magistrados sem residência oficial nas comarcas e vale-alimentação superior a R\$ 1 mil (em 24 Estados), entre outros. O benefício, visto como regalia, foi extinto para juízes em 2005 – para os servidores do Executivo – já não existia desde 1999. Caso volte, juízes e procuradores receberão o adicional acima do teto constitucional, de R\$ 39,3 mil mensais.

Hoje, a despesa média mensal por juiz para os cofres públicos é de R\$ 48,2 mil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PONTO DE VISTA

Adary Oliveira

Como trazer novos investimentos

Nos períodos pré-eleitorais, como o que agora estamos vivendo, é muito comum aos candidatos externarem suas promessas para os habitantes de uma região, não deixando de incluir entre os diversos itens considerados o aumento da oferta de empregos.

Indiscutivelmente é um assunto presente em todas as famílias, principalmente naquelas de baixa renda e composta de número mais elevado de pessoas. Dentre os diversos setores da economia o terciário é o que mais gera empregos, mas os investimentos nele realizados são puxados pela manufatura de bens, daí a promessa de industrialização contida nos planos e programas.

Vários aspectos são considerados na elaboração de estudos de localização industrial e os investidores costumam fazer análise comparativa entre as diversas alternativas. Algumas são fáceis de serem identificadas como proximidade da matéria-prima,

existência de infraestrutura industrial, montante de impostos a serem pagos, disponibilidade de mão-de-obra especializada, custos operacionais, vizinhança e poder aquisitivo dos consumidores etc. Entretanto, muitos outros fatores locais não podem passar despercebidos dos governantes quando planejam atrair indústrias, como aqueles que revelam como são os empresários tratados por eles e se os mandatários são capazes de promover uma boa convivência.

Em visita aos sítios de aglomeração industrial, como o Polo Industrial de Camaçari, lido como o mais bem sucedido empreendimento dessa natureza de nosso estado, os pretendentes à instalação de novos negócios são obrigados a trafegarem a baixa velocidade pelas suas vias internas, devido ao excessivo número de buracos de seus pavimentos. Embora a Via Parafuso, seu principal acesso, tenha melhorado muito com a rodovia pedagiada, lá dentro é de dar pena, demonstrando claramente o descaso com a

manutenção de tão importante lugar. Se os empresários viajarem pelas vias do antigo Centro Industrial de Aratu (CIA) e dos Distritos Industriais do Interior, aí a coisa fica bem pior.

Quando o CIA foi projetado teve-se o cuidado, muito acertadamente, de se projetar um porto que atraísse indústrias. O Porto de Aratu não só atraiu novas fábricas como foi elemento decisivo da localização do Polo Petroquímico. O incipiente Terminal de Granéis Sólidos (TGS) foi duplicado e atendeu a uma demanda maior do Polo com a construção do Terminal de Granéis Líquidos (TGL) e do Terminal de Produtos Gasosos (TPG). O TGS está sendo expandido com ampliação de um dos piers, construção de silos, armazéns, pátios, troca das correias transportadoras, tudo liderado por nova concessionária. O TGL continua à mingua formando filas enormes de espera e pagamento de caras demurrages por parte dos seus usuários.

A excessiva concentração de indústrias na Região Metropolitana de Salvador (RMS) indicam que se deve fazer um grande esforço para interiorizar os novos investimentos. A realização de negócios no interior muitas vezes carece de atratividade econômica, mas muitos delas, pela

sua natureza, como a exploração mineral, são imbatíveis. Por isso não se deve desperdiçar nenhuma delas e os planos de governo não podem omiti-las. Não se concebe, por exemplo, que iniciativas como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e o Porto Sul, capazes de viabilizar inúmeros projetos de mineração, tenham sua construção adiada por tanto tempo. Da mesma forma é difícil de imaginar a falta de investimentos pelo poder público em estradas vicinais e tubovias nas regiões exploradoras de petróleo e gás natural, agora que a Petrobras está sendo retirada do estado que lhe deu origem e alimentou seu crescimento.

Muitas dessas considerações merecem atenção especial dos candidatos, maiormente por estarem sendo observadas pelos eleitores, sobretudo por aqueles que estão cômicos de que não estão incluídos nos chamados currules eleitorais, por pertencerem a outra classe de seres vivos. Na verdade, as coisas não vão acontecer exatamente assim, mas caminham nessa direção.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.) – adary347@gmail.com

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/05/2022	Coluna: Economia



BAHIA RECEBE REPASSE DE R\$ 1,3 MILHÃO PARA OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO



18 Maio, 2022

As cidades de Euclides da Cunha, Monte Santo e Lauro de Freitas, na Bahia, vão receber R\$ 1,3 milhão do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), para continuidade de obras de saneamento básico. Serão investidos R\$ 523,3 mil na implementação do sistema integrado de abastecimento de água Tucano Noroeste, que vai beneficiar Euclides da Cunha e Monte Santo. Outros R\$ 872,3 mil serão destinados às obras de saneamento integrado no bairro Quintas do Picuaia, em Lauro de Freitas.

Ainda este ano, o município de Lauro de Freitas recebeu mais R\$ 159,7 mil para obras no Quintas do Picuaia. O valor foi dividido em repasses de R\$ 128,7 mil e de R\$ 31 mil. “Os investimentos em saneamento básico garantem a preservação do meio ambiente, a melhoria das condições de saúde e mais qualidade de vida para a população. Estamos nos esforçando para garantir recursos para a continuidade e conclusão da maior quantidade possível de obras”, destaca o ministro do Desenvolvimento Regional, Daniel Ferreira.

Além dos recursos para a Bahia, o MDR também anunciou nesta terça-feira repasses para a continuidade de obras de saneamento básico em municípios do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pará, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe. No total, serão repassados cerca de R\$ 20,7 milhões.

Investimentos em 2022

Desde janeiro deste ano, já foram empenhados R\$ 222,9 milhões do Orçamento Geral da União (OGU) e repassados R\$ 153,5 milhões para garantir a continuidade de empreendimentos de saneamento básico pelo País. Outros R\$ 434,6 milhões foram pagos para financiamentos por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

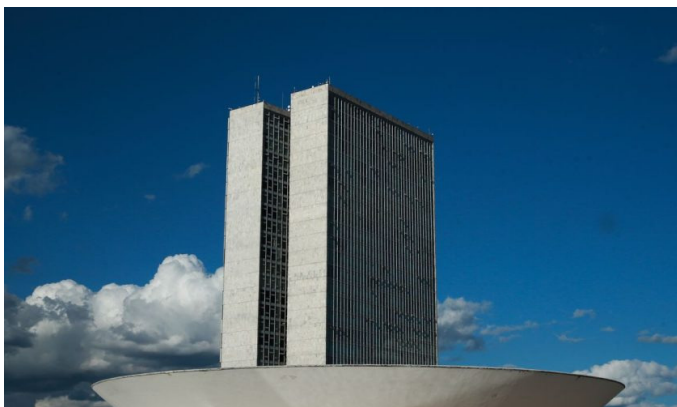
Atualmente, a carteira de obras e projetos da Pasta no setor — contratos ativos e empreendimentos em execução ou ainda não iniciados — é de 1.081 empreendimentos, somando um total de R\$ 42,2 bilhões, sendo R\$ 25,3 bilhões de financiamentos e R\$ 16,8 bilhões de Orçamento Geral da União.

Foto: Valter Pontes/Secom

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 18/05/2022	Coluna: Economia



MP QUE ALTERA INCENTIVOS FISCAIS À INDÚSTRIA PETROQUÍMICA É APROVADA



18 Maio, 2022

A análise da medida provisória (MP) que altera incentivos tributários para a indústria química e petroquímica no âmbito do Regime Especial da Indústria Química (Reiq) foi concluída na Câmara dos Deputados na última terça-feira (17).

O texto do relator Alex Manente (Cidadania –SP), que prevê nova regra de transição até 2028, segue para o Senado. A MP estende durante todo este ano as alíquotas cheias de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a Cofins, que começaram a valer desde 1º de abril deste ano.

De acordo com o deputado, o Parlamento decidiu pelo fim do regime ao analisar a medida, mas, estabeleceu um período de transição para que o setor pudesse se adaptar. Manente argumentou ainda que estudo da Fundação Getulio Vargas apontou que “a extinção abrupta do Reiq traria profundos impactos negativos na arrecadação de impostos, acarretaria a destruição de empregos e prejudicaria a competitividade da indústria brasileira”.

O texto aprovado prevê a seguinte mudança tributária: entre abril e dezembro de 2022 a alíquota de 1,65% para PIS/Pasep; e 7,6% para Cofins; já em 2023: 1,39% para PIS/Pasep; e 6,4% para Cofins e entre 2024 e 2027 os percentuais serão de 1,52% para PIS/Pasep; e 7% para Cofins. O regime especial será revogado em 2028 e as alíquotas voltarão para 1,65% para PIS/Pasep e de 7,6% para a Cofins.

Editado pelo governo federal em dezembro do ano passado, o texto previa a revogação de benefício fiscal ao setor petroquímico, cujas alíquotas compõem o chamado Regime Especial da Indústria (Reiq). Ao justificar a medida, o governo afirmou que as alíquotas já perduravam por “tempo suficiente para efetivação de seus objetivos de fomento à atividade econômica contemplada”.

Segundo o Poder Executivo, a proposta também tinha o objetivo de simplificar a administração de tributos, inclusive para o contribuinte. Caso fosse aprovado o texto enviado pelo governo, a estimativa de ganho de arrecadação estava estimada em R\$ 573,09 milhões em 2022, R\$ 611,89 milhões em 2023 e R\$ 325,02 milhões em 2024.

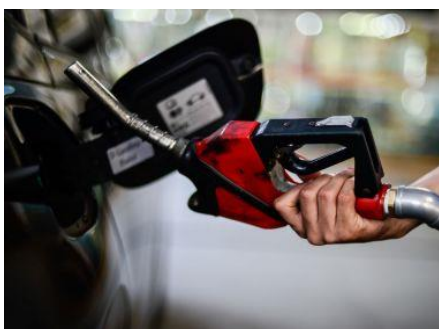
Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 18/05/2022	Caderno: Notícias



Quarta, 18 de Maio de 2022 - 00:00

Motoristas por aplicativo e taxistas sofrem impactos da alta dos combustíveis

por Vitor Castro



Parte da população soteropolitana tem enfrentado dificuldade para encontrar carros por aplicativo na cidade. Leitores entraram em contato com Bahia Notícias e relataram que a oferta, antes farta, tem se tornado cada vez mais escassa. Associações ligadas à categoria acreditam que a alta nos combustíveis, que agora atinge também o GNV, têm reduzido a frota na capital. O impacto também chega aos taxistas, que são obrigados a lidar com os sucessivos reajustes dos combustíveis.

O Sindicato dos Motoristas de Aplicativos, Condutores de Cooperativas e Trabalhadores Terceirizados em Geral do Estado da Bahia (Simactter-Ba) estima que cinco mil motoristas deixaram o serviço nos últimos dois anos. Ao Bahia Notícias, o presidente do sindicato, vereador Átila do Congo, explicou o que tem motivado os motoristas a deixarem de rodar por aplicativo. "Devido as condições de trabalho precárias, a tarifa defasada, combustíveis nas alturas. Tudo inflacionado. Então o número de carros alugados, que é a maioria, diminui na rua. Quem vai pagar para trabalhar?", indagou.

Ainda de acordo com o presidente, cerca de cinco mil carros saíram das ruas desde o final de outubro de 2021 até então. "Não tem compensado rodar com a alta do combustível por conta do ICMS. Para se ter uma ideia, no último mês houve um aumento de 19% do GNV. Muitos motoristas por aplicativo aderem ao GNV como alternativa para rodar, com 19% de aumento, é quase o valor do etanol. Ninguém aguenta rodar assim e ainda pagar um carro alugado", explicou.

O impacto do alto preço dos combustíveis também tem sido sentido pelos motoristas de táxi da capital. Dennis Paim, presidente da Associação Geral dos Taxistas (AGT), contou ao BN que cerca de mil taxistas deixaram a profissão nos últimos dois anos. "Hoje em dia, o taxista dizer que vive só do táxi é muito difícil. Sempre tem que pensar um plano 'B'. Nosso refúgio era o gás [GNV], que sempre foi mais barato. Eu diria que quase 80% dos taxistas atualmente utilizam o gás nos carros, mas mesmo assim, não está valendo a pena", detalha.

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP), há a previsão de que o preço do gás natural veicular, que registrou a última alta em 2 de maio, fique vigente pelo menos até o fim de julho. A Acelen, refinaria responsável pelo controle e distribuição dos combustíveis na Bahia, reduziu na última sexta-feira (14) o preço da gasolina e do diesel em 4%. De acordo com a empresa, a gasolina também sofreu uma redução entre 1,2% e 2,3%.

Veículo: G1	
Data: 17/05/2022	Caderno: Política



Em meio à alta do diesel, Bolsonaro altera regra sobre piso do frete pago a caminhoneiros

Adotada em ano eleitoral, medida beneficia grupo que Bolsonaro identifica como parte de sua base de apoio. Com mudança, frete será revisto se valor do diesel oscilar a partir de 5%.

Por g1 — Brasília

17/05/2022 07h11 Atualizado há um dia



No Brasil, produtos dependem do transporte que utiliza diesel para chegar à população — Foto: DOUGLAS MAGNO/GETTY IMAGES via BBC

O presidente [Jair Bolsonaro](#) (PL) editou nesta terça-feira (17) uma medida provisória que altera a lei que trata do tabela do frete pago a transportadores de carga.

A tabela do frete apresenta aos caminhoneiros valores mínimos de referência para o transporte de cargas, levando em consideração fatores que vão desde a remuneração do motorista, os gastos com seguro e as despesas com combustível.

Desde 2018, a lei previa a revisão semestral do valor do combustível considerado na tabela, além da revisão extraordinária desse custo sempre que identificado reajuste no preço do diesel igual ou superior a 10%.

Segundo o Ministério da Infraestrutura, a medida provisória editada por Bolsonaro nesta terça estabelece que essa revisão extraordinária passará, agora, a ser feita sempre que identificado aumento igual ou superior a 5% no valor do diesel.

Em comunicado, da Secretaria-Geral da Presidência da República aponta que a mudança visa "atenuar o impacto da alta dos combustíveis sobre o setor de transporte rodoviário de cargas".

A redução no "gatilho" para a revisão extraordinária da tabela do frete ocorre durante ano eleitoral e beneficia categoria que o presidente Bolsonaro identifica como parte de sua base de apoio.

Além disso, ocorre uma semana após a [Petrobras anunciar nova alta no preço do diesel](#) e em meio ao [aumento das críticas do presidente à empresa](#) devido aos seguidos reajustes nos combustíveis.

Bolsonaro reclama do desgaste político que sofre devido à [disparada nos preços dos combustíveis no Brasil](#) e diz que não pode interferir na política de reajuste da [Petrobras](#). Entretanto, [promoveu mudanças, tanto no comando da empresa quanto no Ministério de Minas e Energia](#), após aumento de preços. Mais recentemente, Bolsonaro e ministros do governo têm [defendido a privatização da Petrobras](#).

mercado

Guedes tenta diminuir o inferno fiscal brasileiro

Mas lobby da Zona Franca trava redução de IPI para toda a indústria

Helio Beltrão

Engenheiro com especialização em finanças e MBA na Universidade Columbia, é presidente do Instituto Mises Brasil

Duas iniciativas importantes da Secretaria de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia estão sendo discutidas nesta semana pelos agentes políticos: a isenção tributária para estrangeiros em investimentos em renda fixa e b) a redução generalizada do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados).

Ambas são positivas para a competitividade brasileira. A redução de impostos baixa os custos das empresas e os preços ao consumidor, assim como promove investimento e emprego.

A isenção para estrangeiros em investimentos em renda fixa é incontestável. É praxe ao redor do mundo que apenas o país de domicílio fiscal do investidor tribute seus rendimentos, evitando tributação e permitindo livre fluxo de capital internacional. A exceção são os investimentos oriundos de países com tributação baixa (abaixo de 20%) — injustamente denominados de "paraísos fiscais", taxados também no país que os rendimentos. (Uma breve nota de nomenclatura: países como o Brasil e outros que

impoem tributação alta seriam mais bem caracterizados pela alcunha "infernos fiscais.") O Brasil há bastante tempo adota a prática internacional para todo tipo de investimento estrangeiro, com uma curiosa exceção: os investimentos em renda fixa (não governamentais), principalmente debêntures emitidas por empresas. São isentos os investimentos em Bolsa, em títulos públicos, em ações de empresa de capital fechado; no entanto, os juros e os ganhos de capital de debêntures (bem como CRIs e

CRAs) são tributados a 15% de alíquota. Uma empresa pode se financiar via a) empréstimos bancários, b) venda de títulos como as debêntures ou c) por venda de ações ou participações. Ao discriminarmos o investidor estrangeiro em debêntures, as empresas brasileiras perdem uma fundamental fonte de capital barato. Investidores estrangeiros detêm mais de metade do capital das empresas listadas em Bolsa, mais de 70% dos aportes em venture capital e private equi-

ty, mas apenas 2,5% das debêntures e demais títulos de renda fixa emitidos por empresas. Um eventual aumento de participação estrangeira para 15% pode representar uma entrada de mais de R\$ 100 bilhões em capital para empresas. A escassez de capital no Brasil explica nossos menores salários, nosso menor crescimento e nossos juros mais altos. É por causa do capital adicional em maquinário moderno que o funcionário de linha da Tesla ganha muito mais que o equivalente trabalhador brasileiro em uma montadora no Brasil. Caso o brasileiro fosse contratado pela gigainteligência da Tesla em Austin, ganharia o mesmo que o trabalhador americano, após um breve período de treinamento. O aumento de capital estrangeiro para empresas propiciaria equipamentos melhores e consequentemente, maiores salários. A iniciativa de redução do IPI (25% a 35%), por sua vez, tem impacto ainda maior em competitividade e preços mais

baixos ao consumidor. No entanto, o lobby da Zona Franca de Manaus (ZFM) é contra e obteve uma liminar do STF cancelando a redução do IPI de todos os produtos com concorrentes na ZFM. Creio que o ex-ministro Roberto Campos ficaria decepcionado com sua criatura: a ZFM foi concebida em 1967 como um paraíso fiscal temporário (30 anos) para fomento de desenvolvimento da Amazônia. Como todo programa temporário de governo, virou permanente e já garantiu por lei os primeiros 106 anos. Foi criada uma cultura do direito adquirido, e está claro que a ZFM será, sempre, obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. O governo quer tornar o país um "inferno fiscal" de fôgo menos intenso, mas a ZFM, que representa 0,5% do PIB nacional, alega que assim perde competitividade (pois suas margens de lucro diminuem comparativamente ao inferno melhorado). Isso é pura proteção. Ficaremos reféns?

DOM, Samuel Pessoa | SEG, MARCOS VASCONCELOS, Ronaldo Lemos | TER, Michael França, Cecilia Machado | QUA, Helio Beltrão | QUI, Cida Bento, Solange Srouf | SEX, Nelson Barbosa | SÁB, Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Twitter diz que vai exigir os US\$ 44 bilhões acertados com Musk

Bilionário afirmou que compra não avançaria sem dados sobre contas falsas

NOVA YORK E LONDRES | FINANCIAL TIMES E APP O Twitter disse que pretende exigir o cumprimento do acordo de aquisição de US\$ 44 bilhões (R\$ 222 bilhões) com Elon Musk, poucas horas depois de o chefe da Tesla declarar que a compra "não pode avançar" se a empresa de rede social não puder certificar o número de contas falsas na plataforma. O grupo com sede em San Francisco fez os comentários em um documento detalhado nesta terça-feira (17), descrevendo as semanas turbulentas no fim de março e abril, quando Musk revelou que era um grande acionista da empresa, concordou em se juntar ao conselho administrativo e anunciou planos de fechar o capital do Twitter.

"Ontem [segunda, 16], o CEO [presidente-executivo] do Twitter se recusou publicamente a mostrar provas de <5%, tuitou Musk, que tem quase 94 milhões de seguidores na rede social, sobre sua exigência para confirmar que menos de 5% das contas são falsas na rede social. "O acordo não pode avançar até que ele faça isso". Na segunda, Musk injetaria sérias dúvidas sobre o fechamento do negócio, depois de dizer que um preço mais baixo "não estava fora de questão" enquanto zombava do presidente-executivo do Twitter, Parag Agrawal, na própria plataforma, por não apresentar provas do número de contas falsas. O bilionário, presidente-executivo da SpaceX e da Tesla — atualmente a pessoa mais rica do planeta, segundo a revista Forbes, com uma fortuna avaliada em US\$ 230 bilhões —, usou um emoji de cocô em resposta à explica-

ção de Agrawal sobre a metodologia da empresa para estimar as contas falsas. Agrawal afirmou que a plataforma suspende mais de meio milhão de contas que parecem falsas a cada dia, geralmente em auto mesmo de serem vistas, e bloqueia milhões por semana que não passam nas verificações para garantir que sejam controladas por humanos, não por um software. Agrawal afirmou que a plataforma suspende mais de meio milhão de contas que parecem falsas a cada dia, geralmente em auto mesmo de serem vistas, e bloqueia milhões por semana que não passam nas verificações para garantir que sejam controladas por humanos, não por um software.

As análises internas mostram que menos de 5% das contas ativas em um dia médio são classificadas como "spam", mas essas contas não podem ser replicadas por terceiros devido a requisitos de privacidade, afirmou Agrawal. "Então, como os anunciantes sabem o que estão recebendo pelo seu dinheiro?", Musk questionou em uma mensagem posterior, sobre a necessidade de provar que os usuários do Twitter são pessoas reais. "Isso é fundamental para a saúde financeira do Twitter". O procedimento para calcular quantas contas são robôs foi compartilhado com Musk, insistiu Agrawal. As ações do Twitter estão sendo negociadas abaixo da oferta acordada por Musk de US\$ 54,20 por ação. Nesta terça, os papéis fecharam em alta de 2,49%, cotados a US\$ 32,09, depois de terem caído na véspera em meio aos questionamentos do bilionário.



Elon Musk responde com emoji de cocô ao presidente-executivo do Twitter

Após perda de assinantes, Netflix anuncia demissões

NOVA YORK | REUTERS A Netflix anunciou nesta terça-feira (17) que demitiu cerca de 150 funcionários, principalmente nos EUA. As demissões representam aproximadamente 2% da força de trabalho da empresa no país. "Essas mudanças são impulsionadas principalmente pelas necessidades dos negócios, não pelo desempenho individual, o que as torna especialmente difíceis, pois nenhum de nós quer dizer adeus a esses grandes colegas", disse a empresa em comunicado.

"Estamos trabalhando duro para apoiar essa transição muito difícil." Os cortes de empregos ocorrem enquanto a Netflix relata a primeira perda de assinantes em mais de uma década e prevê reduções mais acentuadas no próximo trimestre. A companhia afirmou que a Guerra da Ucrânia e a concorrência acirrada contribuíram para a perda de clientes. A empresa também prepara um serviço de assinatura com anúncios.

Justiça manda empresa formalizar prestadores de microtrabalho

SÃO PAULO | A 5ª Vara do Trabalho de São Paulo (SP) determinou que uma empresa de tecnologia formalize a contratação de todos os seus prestadores de serviços que atuavam como microempreendedores individuais (MEI) ou autônomos. A decisão atende a um pedido do Ministério Público do Trabalho, segundo os procuradores, é a primeira decisão com ação coletiva do judiciário trabalhista tratando do crowdwork, modali-

dade também conhecida como microtrabalho. Nesse modelo, os trabalhadores usam numa espécie de apoio às ferramentas de inteligência artificial que abastecem empresas e plataformas. Eles monitoram respostas em chats automatizados e revisam a transcrição de áudios, por exemplo, fazendo correções e ajustes quando necessário. Essa interferência humana serve para calibrar e aprimorar a inteligência artificial.

Smartbreeder S.A.

Table with financial statements for Smartbreeder S.A. for the period ending 31/12/2021. It includes sections for Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras Encerradas em 31 de dezembro de 2021, Demonstração do Resultado, Lucros ou Prejuízos, and Fluxos de Caixa. The table contains multiple columns for 2021 and 2020 data, along with detailed descriptions of each financial item.

Alta do investimento foi toda liderada por setor privado

Participação do segmento avançou de 13,6% para 17,5% do PIB de 2016 a 2021, mostra Cemec

Por Anaís Fernandes — De São Paulo

18/05/2022 05h01 · Atualizado há 6 horas



Rocca: aumento recente dos investimentos caracteriza ciclo de recuperação iniciado nos anos anteriores — Foto: Silvia Zamboni/Valor

O salto da taxa de investimentos no Brasil entre 2016 e 2021, de 15,5% para 19,2% do PIB, se deve integralmente ao aumento no setor privado, cuja taxa passou de 13,6% para 17,5% do PIB no período, enquanto os investimentos públicos recuaram de 1,93% para 1,64%, mesmo patamar dos dois anos anteriores. As estimativas para

2020 e 2021 são do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe), com base em dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), das Contas Nacionais do IBGE e do Tesouro Nacional.

O Cemec lembra que, desde 2018, as taxas de investimento refletem os impactos dos critérios de contabilização de plataformas de petróleo, além de mudanças dos preços relativos entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o PIB no período. “Limpando” os dados desses efeitos, a partir também de um trabalho do economista Gilberto Borça publicado no **Valor**, o Cemec ainda estima que a taxa de investimentos privados, em relação ao PIB, subiu 2,9 pontos percentuais entre 2016 e 2021, acima da alta de 2,7 pontos da taxa total.

Três quartos desse aumento ocorreram entre 2019 e 2021, quando a taxa de investimento privado, com ajuste, avançou dois pontos percentuais do PIB. Nessa época, nota o Cemec, a taxa de crescimento do índice de FBCF chegou a 8% ao ano, quase o dobro da observada no período inteiro de 2016 a 2021 (4,5% ao ano). “Minha interpretação é que se trata de um ciclo de recuperação do investimento que começou em 2016-2017, após a recessão iniciada em 2014, foi interrompido pelo choque da pandemia em 2020, mas depois se recuperou fortemente”, diz Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe.

Origem dos investimentos

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - em % do PIB



16,5% é a taxa de investimento privado em 2021 na série com ajuste, alta de 2,9 p.p. desde 2016, ante 2,7 p.p. da taxa total

O estudo sugere que o aumento dos investimentos privados se concentrou no agronegócio e na indústria da construção. No período de 2016 a 2021, a produção física de bens de capital agrícolas e suas peças cresceu 3,9% e 7,3% ao ano, respectivamente, somente abaixo dos bens de capital destinados à indústria da construção, cuja produção avançou 11% ao ano.

Esse desempenho foi reforçado no período de 2019 a 2021, saltando para mais de 18% ao ano no caso de bens de capital agrícolas/peças e para 16,6% entre bens de capital para a construção. No período recente, a indústria habitacional foi favorecida pelos gastos das famílias com reforma e manutenção na pandemia e, principalmente, pela queda da taxa de juros e redução dos custos de financiamento da construção e da comercialização de imóveis residenciais. Já a produção e os investimentos da agropecuária tiveram forte incentivo dos aumentos de preços de commodities agrícolas e da taxa de câmbio, diz o Cemec.

Rocca - que, no Cemec, acompanha de perto as empresas de capital aberto no Brasil - observa ainda que, desde 2018, a taxa de retorno sobre o capital total investido por essas empresas se aproximava muito do custo médio ponderado do capital, mas, em 2021, essa taxa de retorno melhorou muito. "Um dos elementos importantes para a tomada de decisão de investir é saber como será o retorno desse capital", explica.

Dadas as restrições financeiras para gastos públicos, houve, de fato, um esforço do governo para adotar como alternativa uma agenda de privatizações e concessões, diz Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre). Mas há também, segundo ele, alguns efeitos estatísticos e/ou temporários que ajudam a explicar o impulso recente da taxa de investimento.

Além da internalização das plataformas de petróleo, que não representam novos aportes, Pires observa que a inflação de bens de investimentos foi maior do que a do PIB. "Quando você divide o valor do investimento pelo do PIB, a taxa de investimento sobe, mas o efeito-preço não é, exatamente, um investimento novo", afirma.

Olhando à frente, Pires diz que, com a alta dos juros, a tendência é que a construção civil, por exemplo, não seja mais um fator tão forte de crescimento do investimento

privado. Além disso, muitos negócios precisaram investir para se adaptar à pandemia, o que tenderia a ser também um efeito temporário sobre os investimentos. “Vamos ter de esperar um pouco para avaliar melhor a tendência, mas essas questões servem para dizer que é difícil enxergar que estamos vivendo um novo ciclo de investimentos com as informações que temos, que possa elevar o crescimento da economia”, pondera ele.

Em relatório recente, a Inter B. Consultoria, liderada por Claudio Frischtak, diz que o Brasil ainda investe pouco em infraestrutura, por exemplo. “Em anos recentes menos de 2% do PIB - e não fomos além de 1,73% em 2021”, diz, projetando 1,71% para 2022. A Inter B. parece ver espaço para algum ganho de investimento público no setor - que deve recuar de 0,59% do PIB em 2021 para 0,57% em 2022, estima -, desde que partindo de uma reforma do Estado que crie espaço fiscal para ampliação responsável dos recursos, com “nova governança, com melhor planejamento, e menos arbítrio”.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Fresh Whey Chocolate Belga E Avelã (900G) Dux Nutrition

R\$ 235,32

AMERICANAS.COM

comprar

LINK PATROCINADO

Rumores do novo parceiro de Cintia Dicker confirmam

DADS NEWS

LINK PATROCINADO

Natália Deodato tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

WHAT THE FACTS

LINK PATROCINADO

Totalmente Falsos : Os 35 reality shows mais falsos que as pessoas realmente acreditavam que eram reais

HOUSEDIVER

Governo de SP amplia isenção de IPVA para pessoa com deficiência

O benefício deve atingir 300 mil moradores do Estado

Por Fábio Zanini, Folhapress — São Paulo

17/05/2022 15h04 · Atualizado há 20 horas

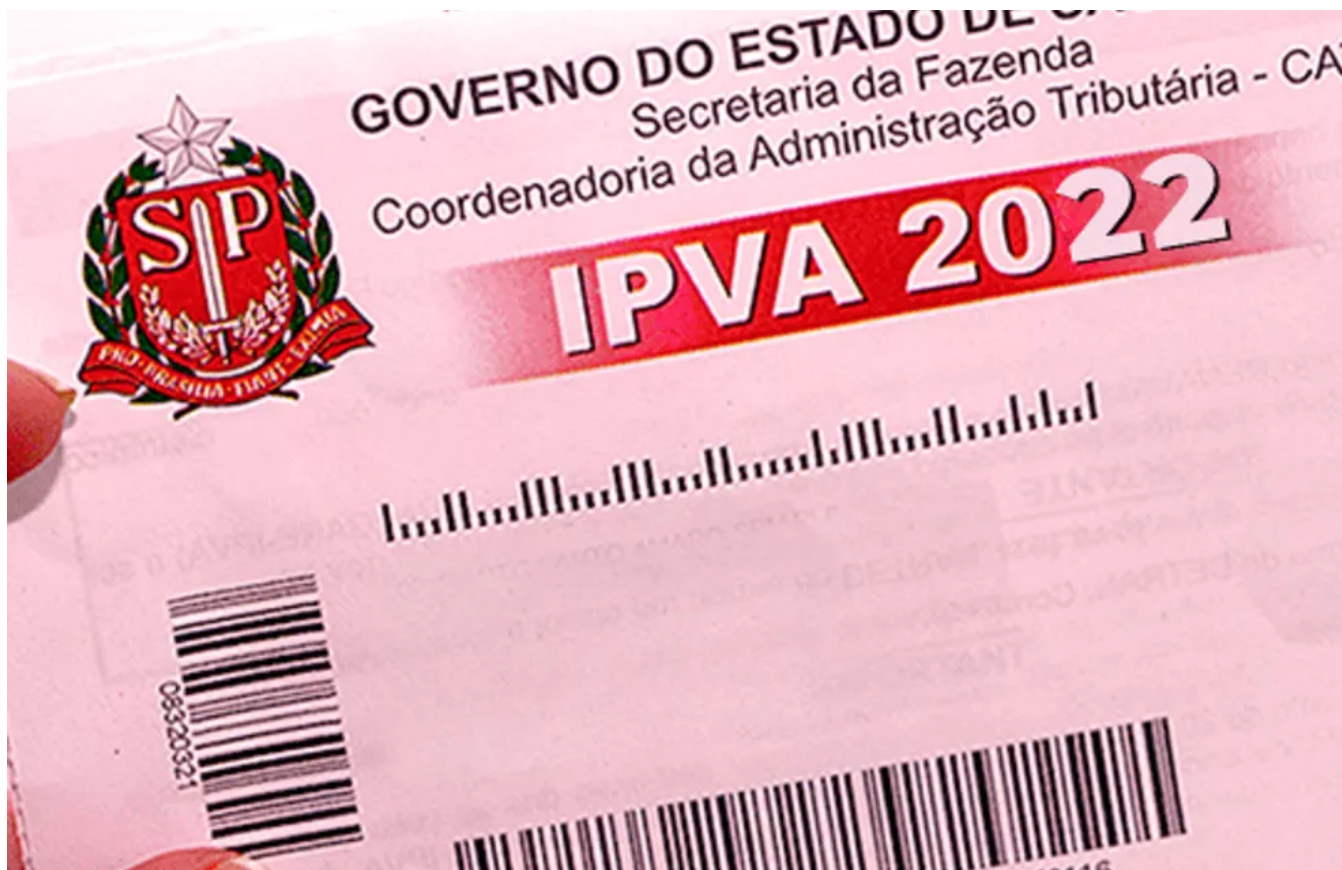
O governo de **São Paulo** ampliou a **isenção** de **IPVA** (Imposto Sobre Propriedades de Veículos Automotores) para pessoas com **deficiência**. O benefício deve atingir mais 300 mil moradores do Estado.

A partir de agora, toda pessoa com transtorno do espectro do **autismo** em grau moderado, grave ou gravíssimo, ou com **deficiência física, sensorial, intelectual** ou **mental**, moderada, grave ou gravíssima, tem direito ao benefício.

Antes, só eram isentos os veículos que possuíam alguma adaptação, como os usados por cadeirantes.

Para facilitar o acesso ao direito, o Imesc (Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo), órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania, publicará em breve edital para credenciar clínicas, entidades e associações que vão atender os beneficiários em todas as regiões do estado, com emissão gratuita de laudos.

"Assim estaremos ampliando à toda população com deficiência este direito, garantindo o benefício da isenção de IPVA", diz o secretário da Justiça e Cidadania do Estado Fernando José da Costa.



— Foto: Reprodução

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Como 15 pessoas de memes famosos estão antes vs. agora

MARVELOUSA

LINK PATROCINADO

Natália Deodato tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

WHAT THE FACTS

LINK PATROCINADO

Novo dispositivo removedor de cravos preocupa empresas de estética

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

[Clique aqui](#)

LINK PATROCINADO

Por que esses quebra-cabeças fazem tanto sucesso?

Governo estuda novos benefícios a caminhoneiros para compensar alta do diesel

Integrante do governo diz que todas as ideias estão sobre a mesa, exceto, talvez, a criação de um fundo de estabilização de preços, fortemente combatida pela equipe econômica

Por Lu Aiko Otta, Valor — Brasília

17/05/2022 19h00 · Atualizado há 16 horas

Preocupado com a insatisfação crescente entre os **caminhoneiros**, base eleitoral do presidente **Jair Bolsonaro**, o governo avalia a concessão de **novos benefícios** compensatórios diretos a esse grupo para amenizar a **alta do diesel**, informou fonte do governo. A ideia ainda está em estudos e não há formato definido.

- **Leia Mais:**
- **Bolsonaro reduz de 10% para 5% o gatilho da revisão da tabela do frete**
- **Caminhoneiros criticam MP do frete, pois tabela atual já não é respeitada**

Em outubro de 2021, foi avaliada a concessão de um auxílio de R\$ 400,00 aos caminhoneiros. Já naquela época, a ideia causou revolta em parte dos motoristas autônomos, porque o valor cobria apenas 13% de um abastecimento completo. A medida acabou deixada de lado por falta de espaço fiscal para sua implementação.

Agora, em meio à pressão da alta da inflação, um integrante do governo diz que todas as ideias estão sobre a mesa. Exceto, talvez, a criação de um fundo de estabilização de preços, fortemente combatida pelo ministro da Economia, **Paulo Guedes**, e por sua equipe.

Tirando o fundo de compensação, outras medidas têm chance de serem adotadas. Por exemplo, a redução da mistura do biodiesel no diesel, de 10% para 5%, para reduzir marginalmente seu custo.

Outra ideia em análise é imprimir um ritmo mais lento na concessão de reajustes nos preços dos combustíveis. Uma fonte comentou que há uma espécie de corrida generalizada de aumentos, entre os quais o dos derivados de petróleo são os que mais têm impacto sobre a inflação. É preciso romper esse ciclo, comentou.

Na prática, a **Petrobras** já desacelerou os repasses das altas da cotação internacional do petróleo para os preços domésticos.

O benefício compensatório aos caminhoneiros despontou nos debates como um contraponto à criação do fundo de estabilização de preços. A área econômica do governo é contrária e acha que essa seria uma alternativa cara e pouco efetiva. Seria necessário muito dinheiro para estabilizar os preços no mercado interno, avalia-se.



Governo estuda formas de diminuir insatisfação de caminhoneiros com aumento do diesel — Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Além disso, considera-se que o fundo acabaria beneficiando donos de lancha, como costuma dizer Guedes nas discussões internas.

Se for para utilizar dinheiro público, a preferência dos técnicos é direcionar o auxílio a grupos específicos. É a lógica por trás da criação do auxílio-gás para famílias de baixa renda, por exemplo.

Da mesma forma como foi feito para o **gás**, algo poderia ser feito em relação ao diesel para caminhoneiros. Há estado de atenção quanto ao risco de novas paralisações a poucos meses da eleição.

Por isso, nesta terça-feira, o governo modificou a forma de cálculo da tabela de fretes, que os motoristas preferem chamar de “piso mínimo”. Desde que foi criada, após a paralisação de 2018, ela transfere aos preços dos serviços de transporte as variações de preços de combustíveis quanto estas atingem 10% de forma acumulada. Medida Provisória (MP) reduziu esse limite para 5%, tornando os ajustes mais frequentes.

Desde 2018, porém, a principal queixa dos caminhoneiros autônomos é que os pisos mínimos não são cumpridos e o governo não fiscaliza.

Na semana passada, o caminhoneiro Wallace Landim, o “Chorão”, divulgou nota na qual informa que as transportadoras não conseguem repassar os aumentos do diesel para seus contratos e não estão carregando. O mesmo estaria ocorrendo com caminhoneiros autônomos, que além disso teriam dificuldade em fazer manutenção.

Chorão fez enquete sobre uma paralisação para o próximo sábado (21) que mostrou aderência de 96,9% dos 1.270 que responderam.

Os caminhoneiros autônomos são um grupo heterogêneo e com lideranças dispersas, por isso as greves mais recentes foram pontuais. No movimento de 2018, o que fez a diferença foi a adesão das transportadoras.

Em busca de uma solução para a alta dos combustíveis, o **presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG)** e os secretários estaduais de Fazenda apoiaram na semana passada a aprovação do Projeto de Lei 1.472/2021, em análise na Câmara dos Deputados, que cria uma conta de estabilização de preços de combustíveis. Recursos dos dividendos pagos pela Petrobras à União poderiam ser utilizados para essa finalidade, defendem.

O **secretário de Fazenda de São Paulo, Felipe Salto**, sugere que a conta, em vez de estabilizar preços de todos os combustíveis, beneficie grupos específicos, como famílias de baixa renda e motoristas de aplicativos. Ele diz que o gasto desse fundo poderia ser autorizado por crédito extraordinário, que fica fora do teto de gastos.

O governo federal discorda dessa solução. Na visão de uma fonte da área econômica, a solução de curto prazo de maior impacto seria a redução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Rumores do novo parceiro de Cintia Dicker confirmam

DADS NEWS

LINK PATROCINADO

Dor nas costas, ciático ou coluna? Use isso todos os dias!

CI-ACTIVE

[Clique aqui](#)

LINK PATROCINADO

Novo dispositivo removedor de cravos preocupa empresas de estética

DERMA CLEAN

LINK PATROCINADO

Natália Deodato tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

WHAT THE FACTS

LINK PATROCINADO

Totalmente Falsos : Os 35 reality shows mais falsos que as pessoas realmente acreditavam que eram reais

HOUSEDIVER

LINK PATROCINADO

Se você sofre com unhas encravadas(veja isso!)

ALICATE DESCRAVIN

O que o governo Bolsonaro faz com o lucro da Petrobras, em meio ao aumento da gasolina e do diesel

Entenda para onde vão os dividendos que a Petrobras paga para o governo federal

Por Rafael Vazquez, Valor — São Paulo

18/05/2022 05h01 · Atualizado há 19 minutos

A escalada dos preços internacionais do **petróleo** e a consequente **aumento dos preços da gasolina**, do diesel e do etanol nos postos colocou a **Petrobras** novamente no centro de um debate: deve agir para evitar uma alta dos preços cobrados na bomba de **combustíveis** ou deve priorizar sua saúde financeira? Este debate não é novo, mas agora ganha outro elemento. O questionamento sobre para onde vão os **dividendos (lucro)** da empresa, turbinado pela alta da cotação do barril.

LEIA MAIS:

- **Os preços da gasolina e do diesel vão cair se a Petrobras for privatizada?**
- **Combustíveis: O que é o PPI e por que a Petrobras segue preços internacionais?**
- **As capitais que têm a gasolina mais cara e mais barata no Brasil; saiba quais são**

No ano passado, a Petrobras registrou lucro recorde de R\$ 106,7 bilhões. No primeiro trimestre de 2022, o lucro foi de R\$ 44,5 bilhões. Embora o novo presidente da companhia, **José Mauro Coelho**, tenha declarado que “não há relação

significativa entre os resultados e os reajustes dos preços dos combustíveis”, a percepção política parece ser outra.

O presidente **Jair Bolsonaro** (PL) vem nos últimos anos travando uma guerra de palavras com a empresa por causa dos preços. Recentemente, ele classificou a margem de lucro da empresa como um “estupro” e disse que “vai entrar” na estatal por considerar os ganhos excessivos.

Contudo, Bolsonaro evita mencionar que a União recebe em forma de dividendos uma fatia polpuda do lucro da petroleira. E evita ainda mais mencionar o que a União faz com esse dinheiro.

Todo o valor dos dividendos que a empresa paga à União é usado na amortização da dívida pública

A União é o maior detentor de ações da Petrobras com direito a voto, as ações ordinárias (ON) - 50,38% desses papéis, o que a torna a principal controladora. Considerando todas as ações, inclusive as ações preferenciais (PN), que não dão direito a voto, a participação é de 28%. Isso significa que, quando a Petrobras reparte os seus lucros com os acionistas, o governo é um dos que mais recebem dividendos.



De acordo com a Secretaria do Tesouro, vinculada ao Ministério da Economia, todo o valor dos dividendos que a Petrobras paga à União é direcionado para a amortização da dívida pública.

Isso significa que os R\$ 25 bilhões que o governo receberá em dividendos da companhia entre maio e julho serão integralmente usados para pagar a dívida e financiar o próprio governo - este valor exclui os dividendos pagos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), que também é acionista da empresa.

“Nos termos do art. 1º, inciso I da Lei nº 9.530/1997, serão destinados à amortização da dívida pública federal a receita do Tesouro Nacional decorrente do pagamento de participações e dividendos pelas entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, inclusive os relativos a lucros acumulados em exercícios anteriores”, esclareceu ao Valor a Secretaria do Tesouro.

“Como mais de 90% do gasto público federal não financeiro é obrigatório, quase toda a fonte de receita do governo é usada para o seu financiamento. Esse é um dos problemas do baixo grau de liberdade do orçamento público no Brasil”, diz o sócio e economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros. “A rigidez é enorme e amarra a mão do governo federal.”

Lucro da Petrobras deveria gerar benefício diretos para população?

A regra alimenta outra pergunta: os recursos da Petrobras poderiam ser usados de forma a gerar benefícios diretos à população?

Leal de Barros defende a necessidade de a Petrobras reajustar o preço interno dos combustíveis de acordo com os preços internacionais e o destino dado aos

dividendos devido à necessidade das contas públicas do país. “Não é possível o contorcionismo de dizer que o lucro da Petrobras fere a sociedade, muito pelo contrário. A boa gestão, amparada pela paridade de preços internacionais, é o que garante o abastecimento de derivados de petróleo no país, atrai capital privado nacional e internacional e mantém a capacidade de investimento e governança da companhia”, avaliou.

Barros: “Não é possível o contorcionismo de dizer que o lucro da Petrobras fere a sociedade, muito pelo contrário” — Foto: Carol Carquejeiro/Valor

Para o economista, o passado recente é a prova de que segurar preços é uma prática de má gestão que causou dano colateral na percepção de risco do país, ampliou a dívida da empresa e afastou o capital privado, ocasionando na perda da capacidade de investimento e sustentabilidade financeira da maior empresa do país. “Não funcionou no passado e não funcionará no futuro. Insistir por esse caminho seria um grande erro, repetido, de política econômica”.

Do outro lado, o professor de direito econômico e economia política da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo Gilberto Bercovici critica a política de preços

da Petrobras e acredita que o governo prejudica o interesse público ao não usar de outra forma o que recebe em dividendos.

“O interesse público é que a Petrobras tenha a capacidade de ampliar a sua infraestrutura, a sua atuação, garantir preço justo de combustível, abastecer o país”, disse Bercovici, definindo que a estatal virou uma espécie de banco. “Virou um banco, uma financeira. Essa política de preços gerou isso. Ela ganha um lucro extraordinário e distribui para os acionistas ao invés de usar a maior parte para reinvestir, gerar empregos.” Na visão dele, a Petrobras está sendo desmontada da ideia original de ser empresa integrada de energia.

“Ela ia do poço ao posto. Atuava em todas as fases da indústria de petróleo. Quando uma empresa é integrada, você consegue manter preços razoáveis compensando. Às vezes está mais caro o refino, mas está mais barato na distribuição. Está mais caro na importação, mas está mais barato na exploração. Vai compensando essas variações na própria estrutura da empresa e consegue manter uma estabilidade maior de preço. Desde 1953, a Petrobras fez isso”, diz. Na sua avaliação, a estratégia assumida a partir de 2016 - quando foi instituída a política de Preço de Paridade de Importação (PPI) - causou crises frequentes como greves de caminhoneiros e maior impacto dos combustíveis na inflação.

Mas para Bercovici, não se trata de discutir como a União emprega os dividendos que recebe da Petrobras. O problema, argumenta ele, é que esse dinheiro está indo em excesso para pagamento de dividendos.

O que diz a Petrobras

A Petrobras defende que o cenário é o oposto e que a sua política atual de gestão possibilitou uma expansão dos investimentos.

“A companhia reduziu seu endividamento para redirecionar recursos de juros para investimentos. Isso permitiu aumentar em 24% o investimento previsto em relação ao plano anterior: serão US\$ 68 bilhões nos próximos cinco anos”, informou a companhia em nota enviada ao **Valor**. “Não há qualquer contradição entre a execução de robustos investimentos e o pagamento de dividendos”, adicionou.

A estatal destaca que o pagamento de dividendos é obrigatório em caso de lucro para qualquer empresa de capital aberto, conforme prevê a lei 6.404/76, das Sociedades Anônimas. “Trata-se de um recurso que pertence aos acionistas e, no caso da Petrobras, a maior parte sempre retorna à sociedade brasileira, incluindo os mais de 700 mil acionistas brasileiros.”

Há dez anos, a empresa pagou R\$ 3 bilhões em dividendos para o grupo de controle, composto por União, BNDES, BNDESPar, Fundo de Participação Social e Caixa Econômica Federal. Em 2013, o montante caiu para R\$ 2,5 bilhões e subiu para R\$ 4 bilhões em 2014. Nos três anos seguintes, não houve pagamento de dividendos. Em 2018, eles voltaram a ser pagos, mas numa cifra menor: R\$ 1,2 bilhão. Em 2019 e 2020, o montante pago ao grupo controlador, não chegou aos R\$ 3 bilhões. E, finalmente, em 2021 - ano do lucro recorde da empresa -, o total em dividendos pagos à União e aos demais entes controladores deu um salto substancial, atingindo a marca de R\$ 27,1 bilhões.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

2022 Smartphone 6.7inch face desbloqueio 12GB + 512GB Versão global de tela grande 10-core 4G / 5G

R\$ 1.165,02

AMERICANAS.COM

LINK PATROCINADO

Rumores do novo parceiro de Cintia Dicker confirmam

DADS NEWS

LINK PATROCINADO

Natália Deodato tira maquiagem e nos deixa de boca aberta

WHAT THE FACTS

LINK PATROCINADO

Seu mau hálito pede por isso (Faça agora)

HALI UP